

## Aviso

Em cumprimento do disposto na alínea b) do nº 1 e do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, após a conclusão do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de Técnico Superior do mapa de pessoal da Secretaria-Geral da Economia, aberto pelo Aviso nº 3092/2016, publicado no *Diário da República*, 2ª série, nº 47, de 8 de março, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira/categoria de Técnico Superior com o trabalhador Cristiano Didiério Rebelo Lucas, tendo o mesmo ficado posicionado na 2ª posição remuneratória e no 15º nível, previstos na tabela remuneratória única.

Para efeitos do disposto nos artigos 45º e 46º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, o júri do período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Célia Maria Rodrigues dos Santos, Diretora de Serviços de Contratação Pública e Património;

Vogais: Maria Julieta Henriques Carvalho dos Santos, Chefe de Divisão da Unidade Ministerial de Compras e José Albino Gonzalez Parada, Técnico Superior da Direção de Serviços de Contratação Pública e Património.

O período experimental iniciou-se em 1 de julho de 2016 com a celebração do contrato e tem a duração de 180 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na Cláusula 6ª do Acordo Coletivo de Trabalho nº 1/2009, publicado no *Diário da República*, 2ª série, nº 188, de 28 de setembro *ex vi* do nº 3 do artigo 370º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho.

9 de fevereiro de 2017 – A Secretária-Geral, *Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás*.